

**COMPROVANTE DE PROTOCOLO** - Autenticação: 12024/09/12000054

<b>Número / Ano</b>	000054/2024
<b>Data / Horário</b>	12/09/2024 - 10:04:02
<b>Ementa</b>	Autoriza o Poder Executivo Municipal a conceder auxílio-moradia e auxílio-alimentação para os médicos participantes do Programa Mais Médicos para o Brasil, que estejam alocados no município de Caxingó, Estado do Piauí e, dá outras providências.
<b>Autor</b>	MAGNUM FERNANDO CARDOSO DOS SANTOS - PREFEITO
<b>Natureza</b>	Legislativo
<b>Tipo Matéria</b>	Projeto de Lei Ordinária
<b>Número Páginas</b>	0
<b>Emitido por</b>	sec.camara



**ESTADO DO PIAUÍ**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CAXINGÓ**  
**GABINETE DO PREFEITO**

**OFÍCIO Nº 067/2024**

Caxingó (PI), 06 de Setembro de 2024.

À Sua Excelência o Senhor

**CARLOS EDUARDO MACHADO DE SOUSA**

M.D Presidente da Câmara Municipal de Caxingó (PI)

Rua Domingos Neris, nº 53, Bairro Centro

Caxingó – Piauí

CEP: 64.228-000

Excelentíssimo Senhor Presidente,

1. Cumprimentando Vossa Excelência, venho por meio do presente, encaminhar e submeter à apreciação desta Augusta Casa de Leis, o Projeto de Lei que *"autoriza o Poder Executivo Municipal a conceder auxílio-moradia e auxílio-alimentação para os médicos participantes do Programa Mais Médicos para o Brasil, que estejam alocados no Município de Caxingó, Estado do Piauí e dá outras providências"*.

2. Nesse contexto, faz-se necessário destacar, que o município de Caxingó (PI) foi contemplado pelo Ministério da Saúde, com a alocação de 02 (dois) profissionais médicos do "Programa Mais Médicos para o Brasil", atualmente lotados na Unidade Básica de Saúde Izabel Oliveira da Silva (CNES 2324717) e no Centro de Saúde Clarindo Rodrigues de Carvalho (CNES 2324709). Assim, o referido Projeto de Lei tem por objetivo garantir o suporte indispensável a esses valorosos profissionais, assegurando-lhes o pagamento dos auxílios moradia e alimentação, que constituem condições necessárias para o exercício contínuo de suas funções, em estrita observância à Portaria Ministerial nº 300/2017.

3. Diante dos fatos anteriormente expostos, é imprescindível que esta Augusta Casa Legislativa autorize o Poder Executivo Municipal a conceder auxílio-moradia e auxílio-alimentação aos profissionais acima informados que, de forma abnegada, prestam

Rua João Santos, nº 133, bairro Centro. Caxingó – Piauí.

CEP: 64228-000



**ESTADO DO PIAUÍ**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CAXINGÓ**  
**GABINETE DO PREFEITO**

serviços essenciais à população caxingoense, especialmente nas áreas mais vulneráveis e carentes de assistência médica, conforme exposto na inclusa justificativa.

4. Sem mais para o momento, aproveitamos o ensejo para manifestar a Vossa Excelência e demais Edis, nossos elevados votos de estima e consideração, ao tempo em que solicitamos que o **Projeto de Lei em questão tramite em regime de urgência especial**, de modo que o mesmo possa ser apreciado e aprovado com a celeridade que a situação exige, dispensando-se, assim, os prazos regimentais ordinários.

Atenciosamente,

  
**MAGNUM FERNANDO CARDOSO DOS SANTOS**

Prefeito Municipal





**ESTADO DO PIAUÍ**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CAXINGÓ**  
**GABINETE DO PREFEITO**

**PROJETO DE LEI Nº 010, 06 DE SETEMBRO DE 2024.**

Autoriza o Poder Executivo Municipal a conceder auxílio-moradia e auxílio-alimentação para os médicos participantes do Programa Mais Médicos Para o Brasil, que estejam alocados no Município de Caxingó, Estado do Piauí e dá outras providências.

**O PREFEITO MUNICIPAL DE CAXINGÓ, Estado do Piauí**, no uso de suas atribuições legais e em harmonia com as regras e princípios estabelecidos na Constituição Federal, Estadual e na Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte lei;

**Art. 1º.** Fica o Poder Executivo, autorizado, nos termos desta Lei, a conceder auxílio-moradia e auxílio-alimentação para os médicos participantes do "Programa Mais Médicos para o Brasil", que estejam alocados no Município de Caxingó (PI).

**Art. 2º.** Os médicos participantes do "Programa Mais Médicos para o Brasil" serão selecionados, contratados e remunerados pelo Ministério da Saúde, estando tais profissionais vinculados exclusivamente a este órgão, competindo ao Município de Caxingó (PI) apenas o custeio mensal do auxílio-moradia e do auxílio-alimentação.

**Art. 3º.** Para todos os médicos participantes do "Programa Mais Médicos para o Brasil", que estejam alocados no município de Caxingó (PI), ficam fixados o auxílio-moradia no valor de R\$ 800,00 (oitocentos reais) e o auxílio-alimentação no valor de R\$ 600,00 (seiscentos reais), a serem pagos mensalmente:

I – Para fazer *jus* ao auxílio-moradia, o imóvel utilizado pelo médico deverá estar localizado no Município de Caxingó (PI), devendo o profissional comprovar essa condição no momento do pedido de pagamento do referido auxílio;

II – Os auxílios moradia e de alimentação poderão ser atualizados por Decreto do Chefe do Poder Executivo Municipal, respeitados os limites estabelecidos pelo Ministério da Saúde na Portaria nº 300/2017, ou por outro dispositivo legal que venha a substituí-la posteriormente;

III – A oferta do auxílio moradia não será concedida aos médicos participantes que já residiam no município de Caxingó (PI);



**ESTADO DO PIAUÍ**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CAXINGÓ**  
**GABINETE DO PREFEITO**

IV – Os pagamentos dos auxílios dispostos no *caput* deste artigo serão realizados somente enquanto permanecer vigente o convênio entre o Município de Caxingó (PI) e o Governo Federal no que se refere ao “Programa Mais Médicos para o Brasil”;

V – O valor que exceder o montante previsto no *caput* deste artigo será de responsabilidade exclusiva do médico, que deverá arcar com as despesas adicionais.

**Art. 4º.** O auxílio-moradia e o auxílio-alimentação previstos nesta Lei não têm natureza salarial, nem se incorporam à remuneração para quaisquer efeitos, não sendo considerados para fins de cálculo de contribuições previdenciárias ou FGTS.

**Art. 5º.** As despesas com a execução desta Lei correrão por conta de dotações próprias do orçamento do Poder Executivo Municipal vigente, suplementadas se necessário.

**Art. 6º.** Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 26 de Agosto de 2024.

**Art. 7º.** Revogam-se todas as disposições em contrário.

Caxingó (PI), 06 de Setembro de 2024.

  
**MAGNUM FERNANDO CARDOSO DOS SANTOS**  
Prefeito Municipal



**ESTADO DO PIAUÍ**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CAXINGÓ**  
**GABINETE DO PREFEITO**

---

**JUSTIFICATIVA**

Excelentíssimo Senhor Presidente,  
Senhores Vereadores,

1. Com os cordiais cumprimentos de estilo, temos a honra de encaminhar e submeter a esta Augusta Casa de Leis, o Projeto de Lei que *"autoriza o Poder Executivo Municipal a conceder auxílio-moradia e auxílio-alimentação para os médicos participantes do Programa Mais Médicos para o Brasil, que estejam alocados no Município de Caxingó, Estado do Piauí e dá outras providências"*, oportunidade em que venho, respeitosamente, requerer sua **tramitação e votação em regime de urgência especial**, com a consequente dispensa dos prazos regimentais previstos.

2. O presente Projeto de Lei tem por objetivo assegurar as condições necessárias para atrair e manter os profissionais médicos do "Programa Mais Médicos para o Brasil", estimulando e garantindo sua permanência no município de Caxingó (PI), o que indubitavelmente impactará positivamente na melhoria da prestação de um **serviço essencial à população, no caso, a saúde pública**.

3. Passadas as considerações iniciais, cumpre destacar que a Constituição Federal de 1988 considera a saúde não apenas um direito social, mas também um direito fundamental, conforme extrai-se dos artigos 6º, 196 e 197, que assim dispõem:

Art. 6º **São direitos sociais** a educação, a **saúde**, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição. (Grifos nosso)

Art. 196. **A saúde é direito de todos** e dever do Estado, **garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação**. (Grifos nosso)

Art. 197. **São de relevância pública as ações e serviços de saúde**, cabendo ao Poder Público dispor, nos termos da lei, sobre sua regulamentação, fiscalização e controle, devendo sua execução ser feita diretamente ou





**ESTADO DO PIAUÍ**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CAXINGÓ**  
**GABINETE DO PREFEITO**

---

através de terceiros e, também, por pessoa física ou jurídica de direito privado. (Grifos nosso)

4. Em consonância com o texto constitucional acima transcrito, a Lei 8.080/90, que regulamenta o Sistema Único de Saúde – SUS, no *caput* do art. 2º, elencou a saúde como um direito fundamental, *in verbis*:

Art. 2º **A saúde é um direito fundamental do ser humano**, devendo o Estado prover as condições indispensáveis ao seu pleno exercício. (Grifos nosso)

5. Nesse contexto, com o propósito de assegurar o direito fundamental da população à saúde, o Governo Federal instituiu o “Programa Mais Médicos para o Brasil”, o qual visa suprir a carência de profissionais médicos nas regiões de maior vulnerabilidade social, como é o caso do município de Caxingó (PI), que foi contemplado com 02 (dois) profissionais, atualmente lotados na Unidade Básica de Saúde Izabel Oliveira da Silva (CNES 2324717) e no Centro de Saúde Clarindo Rodrigues de Carvalho (CNES 2324709), cujo trabalhos iniciaram em 26 de Agosto de 2024.

6. Contudo, para que o município de Caxingó (PI) possa continuar credenciado no “Programa Mais Médicos para o Brasil”, é necessário assegurar aos médicos participantes, o pagamento do auxílio-moradia e auxílio-alimentação, sob pena do ente federativo municipal ser desligado do programa, conforme determina o artigo 19, inciso III, da Portaria nº 300/2017, do Ministério da Saúde, *in verbis*:

Art. 19. **Em caso de descumprimento das obrigações assumidas pelo ente federativo**, nos termos desta Portaria, **a Coordenação do Projeto Mais Médicos para o Brasil poderá aplicar as seguintes penalidades, isolada ou cumulativamente, em caráter provisório ou definitivo**:

I - **bloqueio de vagas para alocação de novos profissionais**;

II - **remanejamento dos profissionais alocados**; e

III - **descredenciamento do ente federativo do Projeto**. (Grifos nosso)

7. Por esta razão, a aprovação do presente Projeto de Lei revela-se imprescindível, uma vez que é dever do ente federativo, especificamente o Município de Caxingó (PI), proporcionar o pagamento do auxílio-moradia e auxílio-alimentação aos médicos integrantes do “Programa Mais Médicos para o Brasil” que estejam alocados em



**ESTADO DO PIAUÍ**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CAXINGÓ**  
**GABINETE DO PREFEITO**

seu território. No entanto, para que o município possa conceder o pagamento destes auxílios aos profissionais vinculados ao programa, é imprescindível a prévia autorização desta Augusta Casa Legislativa.

8. É crucial esclarecer que, caso este Projeto de Lei não venha a ser aprovado por esta Augusta Casa de Leis, o município de Caxingó (PI) será descredenciado do "Programa Mais Médicos para o Brasil" pelo Ministério da Saúde, na forma prevista no art. 19, incisos I, II e III da Portaria Ministerial nº 300/2017, o que causará impactos negativos a curto, médio e longo prazo na saúde da população, que ficará desassistida de um serviço essencial garantido pelo Governo Federal. Como consequência, a oferta de serviços de saúde no município será reduzida, afetando especialmente as áreas mais vulneráveis e carentes de assistência médica.

9. Dessa forma, considerando a importância e a urgência que o presente Projeto de Lei reveste para a população de Caxingó (PI), solicitamos a **tramitação e votação em regime de urgência especial**, com a dispensa dos prazos regimentais, porquanto os argumentos aqui apresentados evidenciam a necessidade premente de ação para garantir a continuidade do atendimento de saúde prestado pelos médicos do "Programa Mais Médicos para o Brasil", atualmente alocados na sede e na zona rural deste município.

10. Sem mais para o momento, confiantes no elevado espírito público de Vossas Excelências, que certamente são sensíveis e compreendem a relevância do tema para o bem-estar do povo caxingoense, solicitamos a aprovação do presente Projeto de Lei, oportunidade em que manifestamos nossos elevados votos de estima e consideração.

Caxingó (PI), 06 de Setembro de 2024.

  
**MAGNUM FERNANDO CARDOSO DOS SANTOS**  
Prefeito Municipal